ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

RESOLUÇÃO PGE/MS/Nº 236, de 31 de outubro de 2016.

Revoga dispositivo da Resolução/PGE/MS/N.º 231, de 16 de março de 2016 e altera o Regimento Interno da Procuradoria-Geral do Estado.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o artigo 2º, da Resolução/PGE/MS/N.º 231, de 16 de março de 2016.

Art. 2º. Alterar os itens 2 e 3, da alínea "d", do inciso I, do artigo 2º, do Anexo X, do Regimento Interno da PGE-MS, Resolução/PGE/MS/Nº 194, de 23 de abril de 2010 (fases e exames de concurso público), que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º
.....
2. em razão da falta de critérios objetivos de avaliação, pela ilegalidade da exigência ou realização de exame psicotécnico, com exceção dos casos em que a petição inicial contenha pleito específico previsto nos artigos 303 e 304 do novo CPC (tutela antecipada requerida em caráter antecedente);
3. assegure a participação do interessado em fases subsequentes, em casos que versem sobre requisito idade, estatura, exames psicotécnico, de saúde ou antropométrico e físico, com exceção dos casos em que a petição inicial contenha pleito específico previsto nos artigos 303 e 304 do novo CPC (tutela antecipada requerida em caráter antecedente).(NR)

Art. 3º. Alterar o inciso IV, do artigo 18, do Regimento Interno da PGE-MS (Resolução/PGE/MS/Nº 194, de 23 de abril de 2010), bem como acrescentar o §4º ao mesmo artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18
.....
IV - suscitar, ao Procurador-Geral Adjunto para decisão no mesmo prazo, conflito de competência entre Procuradorias Especializadas, Regionais e/ou Coordenadorias Jurídicas no prazo de:
a) 24 horas, para prazo de manifestação urgente definido em horas pelo juízo, ocasião em que a Procuradoria suscitante deve tomar previamente as providências necessárias para prevenir direitos;
b) 48 horas para os demais casos.(NR)
.....
§4º. Excepcionalmente, na hipótese do inciso IV, do caput, a decisão sobre o conflito de competência poderá, com vistas a garantir melhor expertise na defesa estadual, superar os prazos fixados nas alíneas "a" e "b", caso se entenda que o tempo restante para o termo final do prazo para defesa do Estado pelo órgão competente na matéria ainda seja razoável.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, MS, 31 de outubro de 2016.

Adalberto Neves Miranda
Procurador-Geral do Estado